



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

## **OS LIVROS ADOTADOS NO LICEU MARANHENSE PELAS LINHAS DO JORNAL**

**“PACOTILHA” (1889-1930): uma análise a partir da Cultura Material Escolar**

*Andréia Monteiro Carvalho (UFMA) – Andreia.Monteiro.Carvalho@gmail.com*

*Samuel Luis Velazquez Castellanos (UFMA) - samuel.velazquez@ufma.br*

### **RESUMO**

Analisa os livros adotados no Liceu registrados pelo jornal Pacotilha a partir de uma incursão pelos fundamentos teóricos e metodológicos da Cultura Material Escolar na Primeira República. Esta pesquisa é parte de um projeto maior, intitulado “Liceu Maranhense”, realizado pelo Núcleo de Estudos em Documentação e História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL). Explica qual conceito de Cultura Material Escolar e organiza a materialidade do Liceu Maranhense com auxílio da classificação, para análise e entendimento da influência do jornal nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso desses objetos, que constitui nosso objetivo geral. Seleciona um objeto, o livro escolar, para uma análise mais aprofundada sobre o contexto social, político e econômico em que a produção, distribuição e uso estavam inseridos. Utiliza metodologia da História Cultural, com pesquisa bibliográfica e documental, quantitativa e qualitativa. O recorte deste estudo (1889-1930) resulta na análise das notícias relacionadas aos livros escolares que são em maioria anúncios de livrarias. Conclui que há necessidade de conscientização sobre a preservação dos objetos escolares e que um mesmo objeto tem funções e finalidades diferentes para cada sujeito envolvido com o Liceu. Contribui com a História da Educação, a Biblioteconomia e o NEDHEL, ao aplicar e obter resultados sobre a educação secundária por intermédio do uso da classificação como técnica para organização de informação para categorização específica de uma pesquisa científica.

**Palavras-chave:** Cultura material. Liceu Maranhense. Primeira República. Maranhão.

### **1 INTRODUÇÃO**

As fontes de informação são o material de trabalho da Biblioteconomia. Livros, revistas, jornais, mapas, dentre outros formatos de documentos foram sendo organizados de acordo com sua forma e conteúdo para que o usuário pudesse ter em mãos com facilidade, a informação desejada. Pensando em termos de pesquisa e desenvolvimento científico, é garantir o acesso à informação pública (previsto pela lei 12.527/2011)<sup>1</sup> e é investir em novas

---

<sup>1</sup> Em resumo, a lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 trata dos seguintes aspectos: acesso às informações e à divulgação; procedimentos de acesso à informação; restrições de acesso à informação e responsabilidades - condutas ilícitas que ensejam responsabilidades do agente público ou militar. (BRASIL, 2011).



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

descobertas por meio da disponibilização de obras, “fontes plurais” no sentido das inúmeras possibilidades de investigação que variam de acordo com a intenção do pesquisador.

Nesse sentido, consideramos o acesso como uma forma prática de “dar trabalho à fonte”. Isso significa que ao torná-la ativa, consultável, revisável, a tornamos “viva” à medida em que interage com o público leitor/pesquisador, possibilitando a metamorfose que transforma um dado em informação e a informação em conhecimento “[...] informação [que] é a ponte dessa tríade, onde se tem início com um simples dado, sendo a informação a força motriz para se atingir o conhecimento”. (SILVA, 2008, p. 4). Ao aplicar à História Cultural, Pesavento caracteriza o autor/historiador como narrador de uma narrativa histórica, e esse leitor/pesquisador como destinatário/o *outro que* realiza a leitura, dá ao texto (representante do real) significância. Nessa relação,

[...] o historiador escolheu um tema, formulou uma pergunta, construiu seu tema como objeto a partir dessa questão e dos pressupostos teóricos com os quais penso resolvê-la, foi aos arquivos, selecionou fontes e com elas armou uma rede de significados que expôs por meio de um texto [...]. Ele buscou traduzir como as pessoas de um outro tempo agiam, pensavam, se expressavam. O leitor, por sua vez, reinterpreta o texto e lhe confere novas significações, que podem ou não concordar com as intenções originais do narrador. (PESAVENTO, 2012, p. 61).

Dessa forma, compreendemos que ser bibliotecário é ser, por essência, pesquisador, e ser bibliotecário no trabalho com a fonte histórica (escrita e leitura) é ser receptor e produtor de narrativas em um processo de idas e vindas no diálogo fonte ↔ autor, autor ↔ *outros* autores.

Em um cenário em que se renovam as tecnologias de registro e preservação do escrito, essa investigação reflete a importância do investimento em mecanismos de digitalização e disseminação dos arquivos (bibliotecas digitais), promovendo não só a vida útil do material, como também ampliando a democratização do acesso aos documentos de domínio público. Parte significativa desta pesquisa foi consultada nos acervos digitais da Biblioteca Nacional (BN) e da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Concordamos com o posicionamento de Castro (2017, p. 237) ao afirmar que:

[...] arquivo (convencional ou digital) é lugar de memória e espaço de armazenamento das materialidades textuais produzidas em tempos e espaços diversos. Advogo a ideia de que o arquivista, o museólogo e o bibliotecário são guardiões e disseminadores desse patrimônio e que, de posse de instrumentais teóricos, técnicos e tecnológicos, podem contribuir para desterritorializações do acervo sob sua custódia, pelo uso da informática e da digitalização.



No NEDHEL – Núcleo de Estudos em História da Educação e das Práticas Leitoras, o uso dos recursos digitais e a interpretação do conteúdo dos jornais mediante cada objeto de pesquisa particular dos pesquisadores tem sido frequente.

### **1.1 A Cultura Material Escolar:** as vozes do objeto ecoadas na fonte

Tal qual a Imprensa Estudantil, os Livros Franceses no Maranhão, as Leis e Decretos em História da Educação, dentre outras temáticas, a Cultura Material Escolar é um dos pilares de discussão. A Cultura Material Escolar é o estudo que investiga os objetos que compõem a escola (prédio, mobília, materiais, etc.) não se restringindo a fins de descrição, mas visando contextualizá-los, compreendendo que a materialidade não surge *no vazio*, mas de necessidades, modelos, exigências e expectativas sociais mais amplas e sua receptividade/ uso pode variar em formações sociais distintas. Nesse sentido,

O uso, na escola, de artefatos como cadernos, lápis, livros didáticos, lousas, cadeiras, são exemplos da necessidade de pensar articuladamente forma escolar e materialidade. Isto significa dizer que não é possível pensar a escola, seus saberes e práticas, descolada da sua dimensão material. (PEREZ; SOUZA, 2013, p. 55).

Da mesma forma, a imprensa, o jornal Pacotilha é uma materialidade em si. Publicado pela primeira vez em 30 de outubro de 1880, por Victor Lobato (1854 – 1893), “[...] natural de São Bento (MA), um alto funcionário público e autodidata, com uma visão ampla e discutível sobre a atividade jornalística” (JORGE, 2008, p. 330). O jornalista trabalhou nos jornais “Jornal para todos” e “A Flecha”, e também assinava sob o pseudônimo de “Manfredo” (JORGE, 2008, p. 331). Faleceu em 18 de março de 1893, apenas 13 anos depois da fundação do Pacotilha<sup>2</sup>. O jornal teve 3 momentos em que parou de circular, o primeiro em 1881, mas voltou a circular no mesmo ano; o segundo em 1930, retornando em 1934 até 1938, quando parou definitivamente (JORGE, 2008).

Portanto, o jornal Pacotilha surgiu 42 anos depois da fundação do Liceu Maranhense, que foi criado pela Lei N.º. 77 de 24 de julho de 1838<sup>3</sup> e “[...] instalado no pavimento térreo do velho convento do Carmo” (ANDRADE, 1984, p. 48). Toda sua materialidade (desde a

<sup>2</sup> Outras publicações, como a n. 61 de 13 de março de 1893 e a n. 207 de 1º de março de 1910, lamentam profundamente a morte do jornalista e descrevem suas contribuições na imprensa.

<sup>3</sup> Lei n. 77 de 24 de julho de 1838, encontrada na Coleção de leis e decretos do Maranhão (1838). (MARANHÃO, 1838).



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

escolha do prédio aos utensílios) estava a cargo do Governo. No Brasil o ensino secundário era ministrado nas instituições que tinham “[...] sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus e, cujo currículo tem concretizado uma conciliação, [...], entre a tradição pedagógica anterior do século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno” (SILVA, 1969, p. 198). O ensino que formava indivíduos nessa fase era direcionado para entrada no ensino superior.

Nesta pesquisa, relacionaremos a representação do Liceu Maranhense no jornal segundo sua materialidade na fase da Primeira República. Para Flores (2008, p. 504) “[...] a implantação do regime republicano foi difícil porque houve necessidade de concessões e conciliações entre os cafeicultores, usineiros nordestinos, classes médias urbanas, industriais e militares, sem a participação do povo”. Essa impossibilidade de participação gerou uma série de revoltas que explicitaram novas problemáticas provenientes da Primeira República ou da “República Velha” (1889-1930), como também foi nomeada. O autor aponta que a consolidação do novo Regime foi fruto do autoritarismo dos novos líderes: Marechal Deodoro da Fonseca e seu sucessor, Floriano Peixoto. O viés autoritário do novo governo frustrou as expectativas sobre mudanças positivas com relação ao Período Imperial, impulsionando frequentes movimentos sociais como o dos “[...] Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916) e das revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910)”. (LEÃO; SILVA, 2014, p. 1).

No Maranhão, a mão-de-obra tornou-se assalariada e o Estado passou de agrícola para industrial. A indústria parecia uma boa alternativa para resolver os problemas de produção da época, havendo um grande investimento no setor, tanto que de 1885 a 1895 foram construídas 27 fábricas (ANDRADE, 1984). O investimento rendeu frutos, mas teve sucesso tão rápido quanto o declínio com a ampliação da concorrência no setor têxtil que exigiu a diminuição do preço do produto e o aumento da busca por mão de obra especializada.

Mas este estado de crise não era exclusividade do Maranhão. O país, de maneira geral, ainda sofria abalos nos três pontos: economia, política e sociedade, tentando-se adequar ao novo Regime, ainda não estabilizado. Entende-se que todas essas condições impactaram diretamente na constituição da materialidade das instituições escolares, pois quaisquer abalo econômico interfere na distribuição de renda do Estado e, por consequência, implica repensar a relevância dos processos de compra, venda e manutenção desses objetos.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

## **2 A FICÇÃO CONTROLADA NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA DO LICEU MARANHENSE**

Na primeira seção explicamos que esta pesquisa relaciona as técnicas da Biblioteconomia e conceitos teóricos da História, da qual nos apropriamos das concepções da História Cultural. O uso de técnicas conhecidas pela Biblioteconomia, como a classificação, acompanha esse processo desde a sua fase de levantamento até a interpretação dos dados, em uma preocupação constante pois compreendemos a construção da história como a escrita de uma “ficção controlada”. Como já citamos, na relação historiador/autor ↔ leitor, o leitor, pela leitura, também produz suas próprias interpretações que podem ou não corresponder a intencionalidade daquele escreve. Apesar da existência dessa subjetividade, é dever do historiador/ narrador tratar a fonte e reescrever a História com responsabilidade, sendo plausível e buscando a verossimilhança.

Nosso trabalho teve início em uma busca que se baseou no Catálogo de Quincas Vilaneto (2008). Nele selecionamos o jornal para estudo sob o critérios: disponibilidade na Hemeroteca Digital e máximo de quantidade de notícias legíveis. Em paralelo, levantamos as categorias da Cultura Material Escolar, a saber: 1) Móvel; 2) Utensílios da escrita; 3) Livros e revistas escolares; 4) Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; 5) Organização/escrituração da escola; 6) Prédios escolares; 7) Material de higiene; 8) Materiais de limpeza; 9) Trabalhos dos alunos; 10) Indumentária; 11) Ornamentos; 12) Honrarias; 13) Jogos e brinquedos. Categorias estas que fizemos uso de análise para aplicação nesta pesquisa (CASTRO, 2013).

Iniciamos o levantamento dos dados seguindo a ordem: [Ano. Número. Página da Notícia. Nome do Jornal. Categoria. Subdivisão da Categoria. Natureza da Notícia], facilitando a visualização do documento antes que ele fosse aberto. Como resultado quantitativo das notícias, obtivemos:

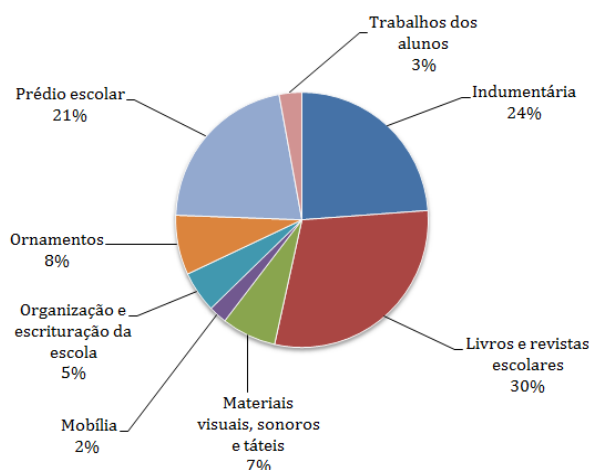


*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

GRÁFICO 1 – Porcentagem de notícias por categoria



Fonte: A autora, 2017.

Nota-se o destaque para os assuntos mais vistos no jornal Pacotilha: Livros e revistas escolares, indumentária e prédio escolar, respectivamente. No momento, entre os três, optamos em investigar com maior profundidade o primeiro. Nessa categoria foram encontradas 51 notícias, das quais 44 são anúncios publicados de 1889 a 1910. Os anúncios tem características particulares, uma linguagem específica. Para vender um produto, convencer o cliente, por vezes é necessário descrever suas características, por esse motivo será observado na seção seguinte a uma riqueza de informações dos anúncios: título, público-alvo, forma do conteúdo, obras, etc. além de outras notícias que também surgiram no jornal. Na organização das tabelas para análise também consideramos os 3 eixos indissociáveis da História Cultural: 1º) História dos objetos na sua materialidade, 2º) História das práticas nas suas diferenças e 3º) As formações sociais, as mudanças nas estruturas psíquicas e as armaduras conceituais nas suas variações históricas. (NUNES; CARVALHO, 2005).

### **3 O LIVRO NO JORNAL:** Pacotilha como porta-voz da materialidade escolar do Liceu Maranhense

Em 1889, o “Pacotilha” era um jornal diário e tinha uma tiragem de 2,000 exemplares, funcionando sob a gerência de Paulino J. Rodrigues e dos redatores: Victor Lobato e Barbosa de Godois. Em julho Antonio Baptista Barbosa de Godois, foi nomeado delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte (a República ainda não tinha sido Proclamada).



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

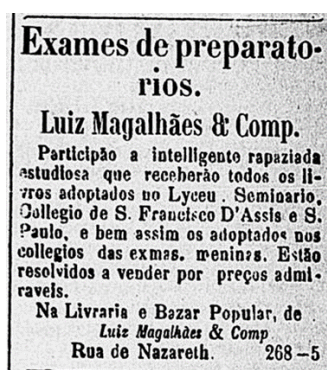
*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

(MARANHÃO, 1889). Ocupou pelo menos 3 cargos distintos: delegado da Inspeção, redator do Pacotilha e advogado (seu escritório ficava na Rua de Nazareth n. 34). (PACOTILHA, 1889, n. 158, p.1). As duas notícias encontradas nesse ano são de antes (janeiro) e depois (setembro) da nomeação. A Inspeção da Instrução Pública tinha, em suas atribuições, o papel de selecionar e fiscalizar os livros em circulação nas instituições públicas, incluindo o Liceu Maranhense, dessa forma, pressupõe-se que os livros divulgados nos anúncios das livrarias contidos no Pacotilha eram os sugeridos pela comissão em que Barbosa de Godois fez parte.

O Pacotilha já se declarava como: “[...] o jornal de maior circulação na capital” e contratava “[...] anúncios pelos mais módicos preços”. (PACOTILHA, 1889). A tipografia a vapor do Pacotilha, era localizada na rua Nazareth n. 14, oferecia, dentre outros serviços, o de impressão e brochura de livros, nacionais e estrangeiros. O uso da impressora a vapor era um recurso moderno na imprensa (JORGE, 2008), atribuindo ainda mais qualidade aos produtos produzidos por essa tipografia e, conseqüentemente, mais renda além da venda dos jornais.

Os 2 primeiros anúncios encontrados sobre venda de livros para o Liceu Maranhense no recorte 1889-1930 são de janeiro e setembro de 1889, ou seja, antes da Proclamação da República (15 novembro de 1889), todavia optamos por considerá-las na análise por fazerem parte do um processo de transição entre regimes. O primeiro é a publicação n.14 do dia 16 de Janeiro de 1889:

FIGURA 1 – Anúncio da Livraria e Bazar Popular de Luiz Magalhães



Fonte: Pacotilha, 1889, n. 14, p. 3.

A livraria que anuncia é a “Livraria e Bazar Popular”, de Luiz Magalhães & Comp., localizada na “Rua de Nazareth”. O anúncio não indica quais livros, exatamente, estavam à venda, mas explicita outras informações importantes: a) os “exames de preparatórios” no



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*  
**21 a 24 de maio | 2019**  
Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil

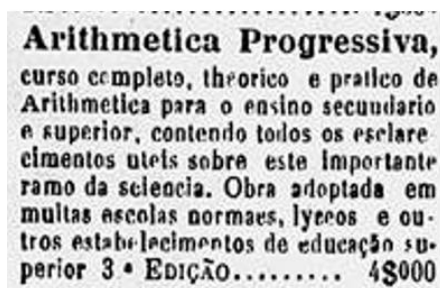
título, que eram exames necessários para admissão no Liceu. No Brasil, os exames de preparatórios eram realizados por alunos das:

[...] aulas avulsas ou mesmo os cursos seriados esparsos no Império e, que não se titulava Bacharel. [...] A matrícula ao curso superior dirigia-se aos distintos, não simplesmente a quem estivesse no secundário, mas àquele que se destacava nos complexos exames orais e escritos de *preparatorios ou finnaes*. [...] Os exames de preparatórios que eram, antes de 1870, feitos tanto no Colégio Pedro II quanto nas Faculdades, passaram a partir desse ano a serem feitos de forma difusa pelo Brasil e, as matérias cobradas eram as mesmas desde 1854: latim, francês, inglês e suas literaturas, retórica, filosofia, história, geografia e matemática. (BARROS; CARVALHO, 2017, p. 104-105).

Os aprovados deveriam apresentar a carta de exame no ato da matrícula (RIBEIRO, 2006); b) outras instituições que a Livraria atendia com esse tipo de materialidade (livro escolar): Seminário, Collegio de S. Francisco D'Assis e S. Paulo e dos collegios (não explicitados) de instrução feminina. Ao atender outras instituições com a venda de um mesmo livro, podemos traçar os locais onde estavam alguns dos candidatos aos exames.

A segunda notícia é do mesmo ano (1889)<sup>4</sup>, diferente da n. 14, o nome da livraria não aparece (para saber onde encontrar os materiais o interessado deveria se informar na “Pharmacia Franceza”), porém conseguimos identificar o livro: “Arithmetica progressiva” (3ª edição), seus destinatários (docentes) e o valor (4\$000).

FIGURA 2 – Anúncio sobre livros (para professores) adotados no Liceu Maranhense



Fonte: Pacotilha, 1889.

Elaborado pelo autor/professor Antonio Trajano<sup>5</sup>, o “Aritmética Progressiva” era destinado aos “liceos”, ou seja, a obra circulava em nível nacional. Antonio Bandeira Trajano foi pioneiro na publicação de livros nacionais de Aritmética e Álgebra para o ensino primário

<sup>4</sup> Publicação n. 232, de 30 de setembro de 1889 (PACOTILHA, 1889).

<sup>5</sup> Antonio Trajano (1843-1921), nasceu em Portugal e veio para o Brasil aos 14 anos. Em 1867 ingressou no Seminário do Rio de Janeiro e começou a dar aulas de Geografia e Aritmética. Em 1877, tornou-se professor de Aritmética na Escola Americana (São Paulo). (MATOS, 2004 apud SOUZA, 2014).



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*  
**21 a 24 de maio | 2019**  
Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil

e secundário, publicando outras obras como: “Álgebra Elementar; Chave de Álgebra; Álgebra superior; Aritmética Primária; Aritmética Progressiva; Chave de Aritmética, Progressiva; e Aritmética Elementar Ilustrada” (TORRES, 2013, p. 57), que se consolidaram e mantiveram em circulação mesmo após o falecimento do autor. Talvez por isso tenhamos conseguido um exemplar *online* no repositório de Livros Didáticos e Manuais Pedagógicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que é a 78ª edição deste livro. Porém devemos esclarecer: no anúncio é indicado que sob o mesmo título o livro é destinado ao curso secundário e **superior**. No livro encontrado há um parêntese para o nível superior, mas não pudemos distinguir se para os Liceus existia uma outra versão ou era a mesma. De toda forma, resolvemos deixá-lo como exemplo da obra desse autor, arriscando a possibilidade de ter sido o mesmo adotado no Liceu Maranhense.

O livro é ilustrado e composto por assuntos como: numeração decimal; sinais numéricos; operações fundamentais; teoremas relativos à divisão; redução à unidade; igualdade e desigualdade; complementos dos números; teoria dos números primos; divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum; frações ordinárias e decimais; sistema métrico, inglês e medidas, dentre outros. (TRAJANO, 1948). A aritmética e a álgebra eram disciplinas do Liceu Maranhense que permaneceram após o Decreto Nº 21 de 15 de abril de 1890 que reorganizou o ensino público do Estado, dividido-o em: “[...] primario, secundario, tecnico ou profissional e fornecido gratuitamente nas Escolas Publicas Primarias, na Escola Normal, no Lyceu Maranhense e no Instituto Technico”. (MARANHÃO, 1890, p. 52).

Em 1891 também encontramos 2 anúncios diferentes, o primeiro que só foi anunciado uma vez (n. 9 de 11 de janeiro) não declara quais livros tinha disponíveis para o ensino secundário, mas revela se adequar ao “[...] programma de 11 de outubro do anno findo”. Infelizmente não conseguimos encontrar o programa, que é o responsável por indicar os assuntos e livros destinados a cada ano do Liceu, mas essa afirmação serve como forma de convencimento sobre a relevância do material. O anúncio é maior, pois divulga livros para o ensino primário, mas demos ênfase à parte referente à instrução secundária no recorte a seguir:

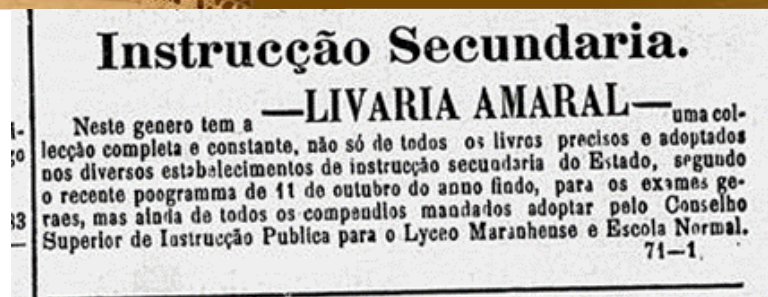
FIGURA 3 – Anúncio da Livraria Amaral



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*



Fonte: Pacotilha, 1891, n. 9.

O segundo anúncio (n. 244 de 5 de setembro de 1891), também é da Livraria Amaral, (localizada na Rua de Nazareth, n. 29), mas dessa vez diretamente direcionado “aos alunos do Lycêo e Escola Normal”. Como várias disciplinas do Liceu Maranhense eram comuns à Escola Normal, anúncios que vendiam livros para ambos ao mesmo tempo eram comuns. Apenas nesse anúncio foram divulgados 4 livros:

- Do autor *J. Dupuis*, 2 obras: “Tratado de geometria applicada, de grimensura e de desenho linear” e “Solutions raisomées des Problemes”;
- Do autor *Gelion Towne*: “Tratado de astronomia pratica”;
- Do autor *Laurendeau*: “Observatorio dos salões”.

Os anúncios da Livraria Amaral costumavam ser extensos, variar de tamanho de letra (destacando apenas informações principais). Esse recurso acabava sendo, também, uma estratégia para atrair o público direcionando seu olhar para os pontos principais: instituição destinada (Liceu e Escola Normal), autores (*J. Dupuis*, *Gelion Towne*, *Laurendeau*) e títulos das obras, listados anteriormente. É um dos anúncios que contém mais detalhes sobre as obras, dando um resumo sobre cada uma delas e indicando a quantidade de figuras que as compõem.

FIGURA 4 – Anúncio da Livraria Amaral “aos alunos do Lycêo e Escola Normal”



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil

AOS ALUNOS  
DO  
**Lycéo e Escola  
Normal.**

Tratado de geometria applicada, de trigonometria e de desenho linear,  
contendo além de numerosos applicados á architectura, ao levantamento dos planos, ao nivelamento e a perspectiva, um grande n.º de problemas numericos, graduados, com 225 figuras intercaladas no texto, por  
**J. DUPUIS.**  
Solutions raisonnées des  
Problemes  
preparés dans le cadre de géométrie  
par  
**J. Dupuis.**  
Tratado de astronomia  
pratica  
abrange de todos contendo noções  
sobre as observações sidereas emprego  
da lunetas astronomicas ordinarias e  
equatoriales, instrumentos meridionales,  
telexello spectroscopio etc. etc.,  
com 30 figuras e 1 carta celeste; por  
**Gelion Towne.**  
Observatorio dos salões,  
comprehendendo 11 series de qu dros  
formando 60 figuras de cosmographia  
e do astronomia representando em  
transparencia o que o céo physico  
parece de mais interessante, por  
**LAURENDEAU**  
A venda na  
**LIVRARIA AMARAL**  
29-Rua de Nazareth-29  
1891

Fonte: Pacotilha, 1891, n. 244.

Destes livros conseguimos encontrar o “Tratado de astronomia pratica”; do autor Gelion Towne, que é um livro francês ilustrado. Ele cita, inclusive, outro da lista (presente no anúncio), o “Observatorio dos salões” do autor Laurendeau.

Em 1891, a direção de redação do Pacotilha era comandada apenas por Barbosa de Godois e o tipógrafo era Antonio Auger da Silva<sup>6</sup>. O valor da assinatura se manteve igual ao

<sup>6</sup> ([18-?]-1916) foi: mordomo da festa de S. Benedicto (1910); almoxarife da intendência (1915); Suplente das eleições de 1909, na 1ª seção - Assistencia Publica; Socio da Caixa Beneficente Maranhense (1904); foi qualificado jurado de comarca, assim como Barbosa de Godois (1903); foi convocado para fazer parte da



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

de 1889. Como Victor Lobato só permaneceu no “Pacotilha” por 10 anos, conforme indica Jorge (2008) estimamos que essa época (entre 1890-1891) seja a referente a que o autor afirma que ele foi vendido para o político Dr. José Barreto Costa Rodrigues.

Em 1900, o livro “Algebra” do “Dr. José Joaquim do Queiroz, professor de mathematica na Escola Normal do Districto Federal” foi anunciado pela Livraria Normal de Newton Passos & C., pelo valor de 6\$000 rs. Essa livraria ficava na “Rua do Sol 19, defronte do Theatro”. (PACOTILHA, 1900). O anúncio da Livraria Normal é bem mais modesto que os da Livraria Amaral, mas comunica de forma direta o suficiente: título da obra, autor, valor e local de venda.

FIGURA 5 – Anúncio Livraria Normal: livro “Algebra”



Fonte: Pacotilha, 1900, n. 148.

No mesmo ano, o Liceu Maranhense foi separado da Secretaria<sup>7</sup> e foi criada a Imprensa Official<sup>8</sup>, tendo por órgão o “Diário Oficial”, dedicado à publicação dos atos públicos estaduais. No Pacotilha também aconteceram alterações: o tipógrafo mudou (assumiu Manoel Faustino da Silva), o valor da assinatura aumentou, sendo para o interior 16\$000 (anual), número do dia: 100 rs e número anterior 200 rs. Talvez o valor de publicar anúncios no Pacotilha (localizada na Praça João Lisbôa, n. 24 - Antigo Largo do Carmo) também tenha aumentado nessa fase, mas não conseguimos confirmação ou negação sobre essa hipótese.

---

comissão a 4ª novena da Festa de Santa Filomena (1903); e foi membro da Comissão Fiscal da Associação da Typographia Maranhense (1903-1904). (PACOTILHA, 1890-1916).

<sup>7</sup> Decreto Nº 232 de 5 de março de 1900 (MARANHÃO, 1900a). Ver professores e disciplinas no Anexo C.

<sup>8</sup> Decreto Nº 245 de 19 de março de 1900 (MARANHÃO, 1900b).



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*  
**21 a 24 de maio | 2019**  
Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil

Tendo aumentado ou não, houve quem investiu no Pacotilha suas cartas de divulgação: de 1902 a 1904 a Livraria Magalhães/ Livraria Popular de Luiz Magalhães & Comp. anunciou ter livros adotados no Liceu por “preços admiravelmente baratos. Mas... a dinheiro [...]”, porém não explicitam obra, autor, nem valores exatos.

Apesar de não termos esse detalhamento, destacamos que, em 1902, a Livraria chega a publicar em 3 pontos do mesmo número do jornal (n. 2). O primeiro ponto foi na primeira página:

FIGURA 6 – Anúncio da Livraria Magalhães, a primeira chamada



Fonte: Pacotilha, 1902, n. 2, p. 1.

O segundo e o terceiro ponto, aparecem na terceira página, em dois quadros separados, um com o texto maior e outro menor. Provavelmente para alcançar tanto os compradores dispostos a saber detalhes da promoção (inclusive chamando atenção do público-alvo: de pais, diretores e diretoras), quanto aqueles que, na pressa de ler outros assuntos, precisariam de informações mais diretas. Observe na Figura 15:

FIGURA 7 – Anúncio da Livraria Magalhães: a liquidação dos livros



Fonte: Pacotilha, 1902, n. 2, p. 3.

Em 1909, os valores da assinatura do Pacotilha já tinham aumentado. Para o interior 16\$000 (anual), 10\$000 (semestral); 6\$000 (trimestral); O número do dia 100 e o anterior, 200. Notou-se que o Pacotilha, assim como os livros, já estabelecia relações com a imprensa



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

no mercado exterior, pois já fornecia jornais a 20\$000 (anual); 12\$000 (semestral) para regiões fora do país. Nesse mesmo ano, a Livraria Ramos de Almeida anunciou 2 livros:

- Do autor *Malter*: “História antiga, media, moderna e contemporânea, última edição de 1907”, por 3\$000 cada volume;
- Do autor *Scrosoppi*: “Corographia do Brazil”, por 7\$000.

O anúncio intitulado Liceu Maranhense, pode ser visto na Figura 16:

FIGURA 8 – Anúncio da Livraria Ramos de Almeida: livros de Malter e Scrosoppi



Fonte: Pacotilha, 1909, n. 111.

A Livraria Ramos de Almeida também anunciou em 1910 o “Chaix de Lectures”, livro francês do autor Daniel, pelo valor de 2\$000.

FIGURA 9 – Anúncio da Livraria Ramos de Almeida: Chaix de Lectures



Fonte: Pacotilha, 1910, n. 122.

A partir daqui, comentamos as notícias de outra natureza, nas quais não nos aprofundamos tanto quanto em relação aos anúncios. Em 1914, nos três números encontrados com notícias relacionadas a livros, diferente das situações anteriores (anúncio) há uma crítica a uma obra intitulada “História do Maranhão”, elaborada pelo Professor de História, Ribeiro



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

do Amaral. São três textos com o mesmo título (“**Pontinhos...**”) publicados entre 27 de julho e 4 de agosto, em que *Bark* (pseudônimo de quem assina) investiga a obra de Amaral (cujo acesso estava restrito aos alunos e, aparentemente, foi distribuída de forma gratuita) e reafirma seus julgamentos prévios. A crítica era pelo fato de suas informações não serem o suficiente (pelo próprio formato, um folheto de 32 páginas, não livro) para explicar a História do Maranhão. Mas porque inserir um folheto no aspecto “livro escolar”? Porque a crítica de *Bark* quanto ao material também é importante para a noção de livro e conteúdo. A crítica ao folheto justifica-se pelo fato de que, tendo tão poucas páginas, o ensino provavelmente exigiria que os alunos aprendessem as “lições de cor”. Para *Bark*, em um texto tão curto, a intenção era aplicar esse método, considerado por ele como ultrapassado, inadequado, principalmente para o ensino secundário. É importante lembrar que a redação da Pacotilha tinha relação muito próxima com os sujeitos que formavam o Liceu, notadamente alunos e professores, o que favorecia o diálogo entre ambos, e a liberdade da redação em questionar as ações internas do Liceu Maranhense, como foi o caso do folheto.

### 3 RESULTADOS

Na categoria escolhida (livro escolar), identificamos 51 discursos sobre “livros escolares”, de diferentes naturezas: anúncio (44); denúncia (3) e notícia (4), sendo válido destacar que, simultaneamente, respondíamos aos eixos de Nunes e Carvalho (2005) quando aos 3 eixos indissociáveis. O 1º eixo (história dos objetos na sua materialidade): a) o jornal Pacotilha corresponde ao dispositivo, que é o suporte do objeto; b) a natureza das notícias corresponde a forma; c) a quantidade de notícias sobre uma categoria corresponde à frequência; e c) a estrutura é como o jornal e discurso “se mostravam” (tamanho de letra, espaço, etc). O jornal, foi apresentado na tabela da materialidade (4 páginas, com 4 a 6 colunas) e as notícias variavam de acordo com a natureza (os anúncios variavam de tamanho entre si (livrarias diferentes) e geralmente eram menores que as outras duas naturezas).

Contextualizando com os sujeitos e o lugar que ocuparam na sociedade, inicialmente:

**a) com relação aos objetivos de cada sujeito** = os livreiros, representados pelas livrarias (Livraria e Bazar Popular, de Luiz Magalhães & Comp; Livraria Amaral; Livraria Normal De Newton Passos & C., e Livraria Ramos de Almeida), buscavam convencer seus compradores (pais, alunos, professores, etc.) utilizando inúmeros recursos (letra maior, maior frequência de



**XII** ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

divulgação, etc.); Os compradores deviam se adequar ao programa da escola, montado pelos mesmos sujeitos que controlavam sua circulação (inspetores). Compradores como os professores, alguns ex alunos do Liceu (como era o caso de Odilon Soares), que faziam parte dessa organização regida por moldes pré-estabelecidos, a serem seguidos desde a sua avaliação em concurso (2º eixo).

**b) Quem eram esses sujeitos?** Em resumo, no “Pacotilha”: redatores = Víctor Lobato (proprietário/fundador) e Barbosa de Godóis (1889), gerente = Paulino J. Rodrigues (1889), tipógrafos = Antonio Auger da Silva (1891) e Manoel Faustino de M. da Silva (1900, 1902, 1903, 1904); Nos anúncios: autores de livros à venda = J. Dupuis, Gelion Towne e Laurendeau (1891), Dr. José Joaquim do Queiroz, professor de mathematica na Escola Normal do Districto Federal (1900); Malter e Scrosoppi (1909), Daniel (1910). Nas denúncias: Bark (quem denunciou) e Professor de História, Amaral (quem foi denunciado). Nomes nas notícias: Dr. Crepory Franco (candidato à cadeira de Filosofia, 1927); Dr. Ramiro Baptista Ferreira (candidato à cadeira de Mathematica, 1928); e Sr. Odilon Soares (ex aluno do Liceu, candidato à cadeira de Alemão, 1928).

O ensino secundário na sociedade maranhense, representou para a República, uma oportunidade de consolidação dos novos ideais. Para essa adequação ao modelo nacional, se remodelou várias vezes. O poder e a responsabilidade sobre a Instrução Pública transitava entre o Estado e o próprio Liceu, com medidas de controle como a aplicação de penas, multas, suspensão para docentes e administração da rotina e frequência dos discentes. Havia uma grande expectativa sobre o Liceu Maranhense enquanto único pólo público de formação secundária no Estado na época de sua criação (1838), que foi intensificada com a República.

A “mocidade maranhense” era a esperança de um Estado Republicano pois esses jovens ocupariam cargos na imprensa, nas escolas, na política e na economia. Porém, ao estudar a materialidade, observamos algumas contradições entre o desejado e a realidade da instituição. Quando criado, o Liceu não tinha prédio próprio (funcionou no Convento do Carmo), quando se mudou para um prédio alugado (antigo Cassino Maranhense, na Rua Formosa) , o teto ameaçava cair e precisou ser transferido novamente para outro prédio, o “Convento das Mercez” em 1900, precisando de reformas constantes nesses locais e de transporte da mobília, que custavam o adiamento do início das aulas para organização dos



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

espaços. Da mesma forma, foi crítica a adoção de um uniforme, bem como a instalação dos laboratórios de química e física. Os livros à venda nas livrarias, adotados no Liceu Maranhense, nacionais (poucos regionais) e estrangeiros, refletiam a busca por modelos de educação prontos, considerados ideais para formação dos intelectuais que logo retornariam ao Estado seus investimentos, ainda que menores do que a demanda da instituição

Comprendemos que, principalmente os anúncios, influenciavam nos processos de produção, indicação, aprovação, distribuição e uso dos livros escolares, pois as livrarias além de receberem as obras produzidas em outros Estados e países (como o Rio de Janeiro e França), alimentavam o mercado livreiro nacional e internacional e de divulgavam no Maranhão os livros adotados no Liceu Maranhense. Os outros livros das notícias foram produzidos por sujeitos em atuação no Maranhão (professor e candidatos à vaga de professor). Tinham uma circulação mais “controlada” e direcionada. Por isso Bark teve dificuldade em ter acesso ao folheto que criticou, pois foi distribuído apenas para os alunos do prof. Amaral e provavelmente alguns professores, porque foi por um deles (não identificado) que Bark conseguiu o objeto. Já as teses eram deixadas para análise na redação do jornal, gerando uma espécie de “propaganda” dos candidatos a concurso por meio da obra (3º eixo).

#### **4 CONCLUSÃO**

Concluimos este trabalho com algumas limitações, mas conseguindo alcançar os objetivos traçados. A principal limitação se centra na natureza da Cultura Material Escolar e seu acesso. Na maioria das vezes o jornal como fonte acabou se tornando o único meio de conhecer a existência desses objetos e de imaginar a forma e conteúdo dos mesmos (no caso dos livros). Apenas através das descrições registradas pudemos compreender a natureza e função destes exemplares na instrução pública. Com os estudos percebemos que essa ausência dos objetos em uso nas escolas em sentido geral é reflexo do desconhecimento ou da desvalorização em salvaguardar e registrar os artefatos escolares considerados como fontes informais. Esta limitação serve de alerta para o incentivo de projetos que lidem com a conscientização dos sujeitos da escola (gestores, professores, pais e alunos) sobre a importância da memória institucional.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

### ABSTRACT

It analyzes the books adopted at the Liceu registered by the newspaper Pacotilha from an incursion for the theoretical and methodological foundations of Material School Culture in the First Republic. This research is part of a larger project, titled "Liceu Maranhense", carried out by the Nucleus of Studies in Documentation and History of Education and Practical Readers (NEDHEL). It explains the concept of Material School Culture and organizes the materiality of the Liceu Maranhense with the aid of classification, for the analysis and understanding of the influence of the newspaper in the processes of production, indication, approval, distribution and use of these objects, which is our general objective. It selects an object, the school book, for a more in-depth analysis of the social, political, and economic context in which production, distribution, and use were embedded. It uses methodology of Cultural History, with bibliographical and documentary research, quantitative and qualitative. The cut of this study (1889-1930) results in the analysis of news related to school books which are mostly bookstore ads. It concludes that there is a need for awareness about the preservation of school objects and that the same object has different functions and purposes for each subject involved with the Lyceum. It contributes to the History of Education, Librarianship and NEDHEL, by applying and obtaining results on secondary education through the use of classification as a technique for organizing information for specific categorization of scientific research.

**Keywords:** Material Culture. Liceu Maranhense. First Republic. Maranhão.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Beatriz Martins de. O discurso educacional do Maranhão na Primeira República. São Luís: UFMA/ Secretaria de Educação, 1984.

BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de. Os exames de preparatórios e a racionalização do ensino secundário de 1854 a 1910. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 3, p. 99-111, 2017. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/40198/pdf>>. Acesso em 01 jul. 2018.

CASTRO, César Augusto (Org.). *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos* (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18, nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2018.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

CAPETINI, Edson Matos; CARDOZO, Eliel Silva. O acesso à informação como direito: o papel cidadão do bibliotecário na Universidade Federal do Maranhão. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 17., 2014, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: UFC, 2014. Disponível em: <<http://www.erebdfortaleza2014.ufc.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013.

CASTRO, César Augusto. Arquivos e fontes na história da educação. In: GONDRA, José Gonçalves; MACHADO, Maria Cristina Gomes; SIMÕES, Regina Helena Silva (Org.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFES, 2017. p. 227 – 251.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de história do Brasil**. 4. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Coleção História 8.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no séc. XIX (1821-1900)**. São Luís: Lthograf, 2008.

JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da imprensa no Maranhão**. São Luís, PPPG/EDUFMA, 1987.

LEÃO, Milton Assis. SILVA, Ricardo Tadeu Caires. As revoltas populares na primeira república (1889-1930): exclusão, cidadania e resistência. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. v.1. p. 1-16. Paraná: UNESPAR, 2014. Disponível em: <

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unespar-paranavai\\_hist\\_artigo\\_milton\\_assis\\_leao.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranavai_hist_artigo_milton_assis_leao.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2018.

MARANHÃO. Decreto nº 21 de 15 de Abril de 1890. Reorganiza o ensino publico do Estado. In: Coleção de Decretos, Leis e Resoluções. São Luís: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1890.

MARANHÃO. Decreto nº 30 de 29 de setembro de 1890. Extingue o Conselho Superior de Instrução Publica. In: Coleção de Decretos, Leis e Resoluções. São Luís: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1890.

MARANHÃO. Lei nº 77 de 24 de julho de 1838. Formando um Lyceu n'esta capital. In: Coleção de Leis e Decretos do Maranhão - 1838. São Luís: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1838.

MARANHÃO. Palácio do governo do Estado do Maranhão, em 22 de novembro de 1889. In: Coleção de Leis e Decretos do Maranhão - de 1889 a 1892. São Luís: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1889.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

MARANHÃO. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**: Maranhão. Discurso que recitou o exm. snr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, presidente desta provincia, na occazião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de mayo do corrente anno. Maranhão, CRL, Typ. de I.J. Ferreira, 1838.

MARANHÃO. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**: Maranhão. Relatório com que o Exm. Snr. Dr. José Thomaz da Porciuncula passou a administração do Estado em 7 de julho de 1890. CRL, 1890.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 30 de outubro de 1880. n. 1. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 11 de janeiro de 1891. n. 9. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 5 de setembro de 1891. n. 244. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 23 de junho de 1900. n. 148. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 2 de janeiro de 1902. n. 2. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 09 de abril de 1904, n. 84. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 29 de abril de 1904, n. 101. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 25 de maio de 1910. n. 122. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 27 de julho de 1914. n. 174. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 31 de julho de 1914. n. 178. 4 p.

MARANHÃO. **Pacotilha**. 4 de agosto de 1914. n. 181. 4 p.

MARANHÃO. **Jornal para todos**. 28 de março de 1877.

MARANHÃO. **A flecha**. 14 de março de 1879.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 49-62.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESSANHA, Eurize Caldas. Ensino secundário ou educação secundária? controvérsias e singularidades na escrita de sua história. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Cuiabá: UFMG, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em: 3 jun. 2018.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense.** Dissertação (Dissertação em Educação) – UFMA. São Luís, 2006. Disponível: <<https://tede2.ufma.br/jspui/bitstream/tede/137/1/Vania%20Mondego.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teórica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v. 94. (Atualidades Pedagógicas).

SILVA, Patrícia Maria. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários e bibliotecários frente às novas tecnologias de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n. 2, p. 1-24, jan/jun. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2010/2131>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SOUZA, Tarcisio Luiz Leão e. Antônio Bandeira Trajano: uma biografia do livro didático. In.: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Minas Gerais MG, 2014. Disponível em: <[www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1893](http://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1893)>. Acesso em: 3 jun. 2018.

TORRES, Maria Alba Guedes. **Análise histórica e metodológica do livro de antônio trajano e suas relações com os atuais parâmetros curriculares Nacionais (PCN).** 2013, 117 f. Dissertação (PósGraduação em Educação) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3449/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em 01 jul. 2018.

TRAJANO, Antonio. **Aritmética: Admissão ao Curso Ginásial,** Coleção Didática Minerva, 6ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1951. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134698>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04\\_18.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2018.